

Narrar para esquecer: Livro Didático e Integralismo

Rogério Lustosa Victor *

Resumo: O autor do livro didático, na feitura de seu texto, depara-se com uma série de fatos disponíveis e com os quais ele terá que construir uma narrativa lógica. Supomos que estes fatos já estão presentes *a priori* como elementos da memória histórica. Diante dessas condições, a temporalidade dominante emerge na obra didática como memória histórica, silenciando outras possibilidades que efetivamente estiveram presentes. No caso específico do passado brasileiro dos anos 1930, as narrativas predominantes contribuem na produção do esquecimento de um importante movimento da época: o integralismo.

Palavras-chave: integralismo, memória, esquecimento.

Abstrat: In the making of their texts, authors of history textbooks usually find out a lot available facts with which they must build up a logic narrative. This article main argument is that this facts are already biased and present as historical-memory's elements. Driven by these preconditions, the dominant temporality arises on the history school books as historical-memory and neglects other possibilities that may have been present. In the 1930s' brazilian past, in particular, the predominant narratives contribute to generate the forgetfulness of one of those days most important political movement: the Brazilian Integralism.

Keywords: integralism, memory, forgetfulness.

Para empreender a análise que agora nos propomos, qual seja, a de que narrativas vulgarizadas por meio de livros didáticos de história, contribuíram na produção do esquecimento do movimento integralista, partiremos da suposição de que há uma forma geral de conceber o passado a qual chamamos de memória histórica. Nela há fatos que estão fixados e que se apresentam como lugares de reflexão. Tais fatos são disponibilizados a todos e, aqui, o livro didático entra como objeto privilegiado pois que ele tende a universalizar um saber, corroborando a construção de uma percepção compartilhada do passado, “isto porque ele atinge público vastíssimo, constituindo uma das primeiras vias pelas quais a linguagem da história é absorvida por qualquer um” (VESENTINI, 1997: 67). E tende a universalizar um saber também por se tratar de um discurso imposto, tanto no sentido de ser obrigatório quanto no sentido de ser discurso oriundo de autoridade.

No que concerne à sua primeira característica, ou seja, a de propagar uma noção de passado mais compartilhada, é importante lembrar que “fora dos bancos escolares, e além do livro didático, são pouquíssimas as pessoas que podem aprender história” (MICELI, 2000:33). A história veiculada pelos livros didáticos é a que a maioria das pessoas pode ter acesso.

* Doutorando em história na Universidade Federal de Goiás.

A segunda característica do livro didático de história citada é a de se tratar de um discurso imposto. Trata-se de um discurso compulsório para o aluno e não é demais ressaltar que “a sociedade impõe a escola e a escola impõe a história” (MICELI, 2000:33), sendo também discurso oriundo de autoridade. É exatamente essa sua procedência que facilita o processo de construção de uma determinada compreensão do passado. Mesmo porque a história, ensinada nas escolas, deve ser aprendida, pois que se relaciona com a idéia de “saber correto, dominado por fonte competente e opondo-se continuamente às miríades de erros (VESENTINI, 1997:68). Em termos práticos, na escola, o professor utiliza-se de um texto autorizado, já com a devida interpretação, e exige do aluno uma leitura que se aproxime ao máximo da leitura já petrificada, caso contrário, valendo-se de julgamento de autoridade, ele dará nota baixa ao aluno. Portanto, aquele é um discurso que não admite réplicas. Assim, o discurso efetuado por enunciador/autoridade – como supomos ser não só o autor do livro didático, como também o professor que trabalha o texto – impede a polissemia, dando margem para que pensemos este discurso como performativo.

É provável que, com base na análise dos livros didáticos, seja possível então encontrar neles os sentidos estabelecidos entre o que eles dizem e o que eles não dizem acerca do movimento integralista. Desde que, como coloca Ricoeur (2007:459), “narrar um drama é esquecer outro”, entendemos que a construção da memória é também a produção do esquecimento. Toda narrativa é seletiva e “as estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela” (*Idem, ibidem*). O intuito é constatar que as narrativas presentes nos livros didáticos ao selecionar fatos que tecem uma trama principal corroboram a construção da memória histórica e, paralelamente, define o lete como o lugar do movimento integralista.

Inicialmente, foi analisado o livro História do Brasil, de Ary da Matta, publicado em 1946 e editado para a então 4ª série ginásial. Na folha de rosto, o editor traça um perfil profissional do autor: “bacharel pelo Colégio Pedro II. Professor Catedrático da Faculdade do Instituto La-Fayette e da Universidade Católica do Rio de Janeiro”. Esse perfil localiza o autor e autoriza o seu discurso. Tratava-se não apenas de um professor universitário, ele era “bacharel pelo colégio Pedro II”, instituição fundada em 1837, e referência educacional durante o Império, tendo conseguido se manter como instituição de ensino respeitada por várias décadas durante a República. Portanto, o autor ocupava uma alta posição hierárquica no universo do saber daquela época e detinha o conhecimento do que os outros deviam saber. De

acordo com o livro que ele escreveu, o que os outros devem saber sobre o integralismo é o seguinte:

[...] Vários movimentos de ordem social e política agitam a vida do país. Em 1935, irrompe no Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Norte o movimento revolucionário da Aliança Nacional Libertadora cujos membros mais influentes e a facção dominante obedeciam à orientação comunista. O movimento foi logo abafado com grande energia. Em 1937, articulou-se o movimento integralista cuja ação violenta culminou com o ataque ao Palácio Guanabara e do qual saiu ileso o chefe do Governo e sua família ali residentes e surpreendidos à noite. Em 1937, os problemas da sucessão presidencial criam novos embaraços. Apresentaram-se três candidatos: José Américo de Almeida, Armando de Sales Oliveira e Plínio Salgado. Desenvolveu-se normalmente a campanha eleitoral num ambiente de intensa vibração cívica. Em 10 de novembro, com grande surpresa do povo, resolveu o presidente Getúlio Vargas, apoiado pelas classes armadas, dar um golpe de estado, dissolvendo o Congresso, outorgando nova constituição. O pretexto, lembrava na ‘proclamação ao povo brasileiro’, foi o perigo eminente de uma guerra civil (DA MATTA, 1946:205-6).

Nada mais Ary da Matta disse sobre o integralismo e Plínio Salgado em toda a extensão daquela obra. Conforme se vê no trecho citado, 1937 apresenta-se como marco por onde a narrativa deveria necessariamente passar. Uma narrativa coerente, em que arrolam os fatos cruciais, as ações decisivas, o contexto que explicaria o marco. No caso, o fato crucial é o golpe de 1937.

Em meio a tudo isso, o movimento integralista aparece apenas como um coadjuvante capaz de contribuir para a construção de uma narrativa inteligível acerca da “Era Vargas”. Aliás, este livro de Da Matta reproduz uma leitura que comumente se faz do período 1934-1937: um período em que a polarização ideológica fascismo *versus* comunismo, ou melhor, integralistas *versus* aliancistas, poderia conduzir o país a uma situação não desejável de desordem, baderna, as quais, em última instância, conduziriam o país a uma eventual “guerra civil”: “O pretexto, lembrava na ‘proclamação ao povo brasileiro’, foi o perigo eminente de uma guerra civil” (*idem, ibidem*). O golpe de 1937 seria, então, o desfecho lógico, dentro daquela narrativa, para manter a linha de evolução instaurada em 1930.

Além disso, no livro de Da Matta, chama a atenção a abordagem do integralismo como sintoma do radicalismo que então tomava conta do país e ao qual era necessário dar um basta. Sua ação providencial, implantar o Estado Novo, apenas recolocara o Brasil nos trilhos. Tudo levava ao desfecho inevitável e, neste, Vargas aparece como o grande vulto que conduz o país, que conduz a massa e a apaga. Os movimentos político-sociais são apagados e Vargas, por sua vez, aparece como o grande sujeito histórico.

Nesse discurso de Da Matta, em que o integralismo está ausente, o que se vê é a construção do Estado Novo. Seu autor reservou ao integralismo uma invisibilidade tão

acentuada que situa o surgimento da AIB em 1937, “Em 1937 articulou-se o movimento integralista”. Na verdade, o movimento integralista, surgido em 1932, é mencionado naquela narrativa em momento próximo ao golpe de 10 de novembro de 1937, como parte da justificativa que explica o próprio golpe. Ou seja, na abordagem de Da Matta, o movimento integralista está absolutamente envolvido na temporalidade do vencedor e o que dela se depreende são os caminhos que culminam nos marcos da memória histórica. E mais: uma vez que o conhecimento presente nos livros didáticos é apresentado como se baseado na realidade dos fatos e, portanto, como um conhecimento que não comporta reflexões ou indagações, ele exige uma leitura orientada por certa submissão. Dessa forma, o livro de Da Matta, corrobora, indubitavelmente, para a socialização da noção de passado nos termos por ele apresentados, na qual o integralismo é irrelevante e não memorável.

Um outro livro didático aqui analisado é *História do Brasil*, de Antônio José Borges Hermida. O exemplar consultado, publicado em 1958, pela *Editora do Brasil* e direcionado à primeira série do curso ginásial, apresenta duas informações preciosas: uma, o número impresso em corpo maior, na página dos agradecimentos, que indica o número do exemplar daquela edição: 004470; outra, o número que indica ser aquela a 69ª edição. Estas duas informações dão uma idéia do quanto pode ser grande o público atingido pelo livro didático de história e o quanto é enorme a longevidade das representações nele embutidas (69ª edição).

No texto de Hermida (1958), autor licenciado pela Faculdade Nacional de Filosofia e, portanto, legitimado, de certa forma, a tratar do momento histórico que aqui interessa mais de perto, qual seja, o período que abrange desde o surgimento e desenvolvimento do movimento integralista até o golpe de maio de 1938 – há o subtítulo *Primeiro Governo de Getúlio Vargas*, em que se lê:

Em 1934, foi promulgada a Segunda Constituição da República, começa um novo período que se prolonga até 1937. Durante êsse período ocorreram graves agitações no país: houve, em 1935, um levante comunista no Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Foi nesse ambiente, de pouca tranqüilidade, que se iniciou a campanha para a sucessão presidencial. Mas as eleições não se realizaram porque Getúlio Vargas, em novembro de 1937, revogou a Constituição e decretou outra, que estabeleceu o Estado-Novo. Assim, em 1937, começa o terceiro período do seu govêrno que se prolongou até outubro de 1945. (HERMIDA, 1958: 198).

Nessa obra de Hermida, a perspectiva é idêntica à de Da Matta: Vargas é o grande vulto, só ele é sujeito histórico. O autor sugere que a intranqüilidade presente em meados dos 1930 desembocara no golpe que implantou o Estado Novo, uma intranqüilidade advinda,

segundo ele, apenas da ação dos comunistas: “Houve, em 1935, um levante comunista no Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Pernambuco” (*idem, ibidem*). Não incluir o movimento integralista nessa cena foi mais uma das formas de impor o esquecimento. Aliás, o integralismo sequer foi citado por Hermida que, parece, também lhe reservou um caminho seguro para o esquecimento. E, numa espécie de “condenação da memória”, o nome de Plínio Salgado é interdito por Hermida. A ele não foi concedida qualquer eventual inscrição – nem na condição de nome arrolado de candidato à eleição presidencial marcada para 1938. Dessa forma, mais uma vez, sua imagem é proscrita.

O discurso mais recorrente nos livros didáticos de história é o de que, entre 1934 e 1937, os extremismos em choque alarmavam o país e colocavam em risco a ordem necessária ao progresso nacional. O Estado Novo foi uma necessidade histórica para conter a agitação do período e manter a unidade e a paz da nação.

Especificamente quanto às representações registradas em livros didáticos de história, fez-se aqui um recorte cronológico. Foram abordadas obras publicadas entre o final dos anos 1940 e a década de 1970, com o objetivo de, a partir delas, verificar a cristalização de dados, fatos e idéias que alimentam a memória histórica, e, ao mesmo tempo, verificar como essa memória comandou a tecedura de tais obras. Em *História Contemporânea e História do Brasil (1959)*, de R. Haddock Lobo, o movimento integralista aparece pela primeira vez num tópico intitulado *Agitações Ideológicas*. Ali, depois de expor algumas questões concernentes às agitações comunistas, escreve Lobo:

Por outro lado, na Itália e na Alemanha tinham triunfado, respectivamente, os regimes fascista e nazista, que também contavam em nosso país com certo número de simpatizantes. Formou-se o Partido Integralista, favorável à adoção de normas totalitárias de governo, aplicadas às tradições e às condições peculiares do Brasil. Lutas de rua, não raro bastante sangrentas, verificaram-se entre os defensores dessas correntes ideológicas contrárias [...]. Alegando ser insegura a situação, e não achar o país preparado para a vida democrática, o Sr. Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, dissolveu, com o apoio das forças armadas, todas as assembleias legislativas e câmeras municipais. Esse ato de força não encontrou qualquer reação concreta no território nacional. Uma única perturbação de vulto verificou-se: o Golpe Integralista de 1938. Os integralistas tentaram tomar de surpresa o Palácio Guanabara, em que se achava o Sr. Getúlio Vargas com vários membros de sua família, mas foram rapidamente dominados (LOBO, 1959: 358 – 360).

Outro livro didático aqui analisado é *História do Brasil*, de Vicente Tapajós. Nele, o mesmo discurso recorrente. Após discorrer brevemente sobre a polarização ideológica entre o que denomina “extremismos” de esquerda e de direita (momento em que cita os integralistas)

e sobre a “sangrenta quartelada” organizada pela “extrema esquerda”, Tapajós assim descreve o “período convulso”:

Foi, dessa forma, período convulso o que se inaugurou com a Constituição de 1934, e que atingiu à culminância durante a campanha para a sucessão presidencial, em 1937.

[...] Parecia ao governo que a guerra civil ameaçava o país [...]. O Presidente da República, com o apoio e a proteção das forças armadas, deu golpe de Estado a 10 de novembro de 1937 e pôs termo à Carta de 1934. (TAPAJÓS, 1963: 439).

No ano em que se fazia 30 anos do golpe de 1937, a Editora Globo publicou *Nova História do Brasil*, de Barbosa Lessa. Nesta obra lê-se o seguinte:

A partir de 1935 os princípios políticos que então se chocavam na Europa vieram a encontrar guarida em redutos intelectuais e entre jovens militares brasileiros. Getúlio manteve-se em moderado meio-termo trabalhista, e permitiu que dois líderes radicais ganhassem expressão: o escritor Plínio Salgado, à frente do Partido Integralista, de índole fascista, e o cap. Luís Carlos Prestes, à frente do Partido Comunista do Brasil [...]

Getúlio Vargas estimulou, num primeiro instante, a rivalidade entre o fascismo e o comunismo – parecendo apoiar ora Plínio Salgado ora Luís Carlos Prestes – mas visava principalmente dividir forças políticas, até que lhe fosse possível desferir um golpe de Estado. Tal objetivo foi alcançado, finalmente, a 10 de novembro de 1937. (LESSA, 1967: 177-178).

Os termos reservados aos anos 1930 nestes textos têm se reproduzido em inúmeros outros didáticos, desde o final dos anos 1940 até hoje. Por meio deles, não é difícil perceber como algumas idéias básicas acerca da história política brasileira, relativas aos anos 1930, acabaram se tornando inquestionáveis e aparecendo em praticamente todas as obras didáticas de história. A recorrência foi tal que contribuiu para que certos dados, fatos e idéias se tornassem parte da memória histórica. No caso específico das idéias, destaca-se uma, que é notória: a tentativa de se criar uma identidade comum, de se afirmar a idéia de país, de nação – na qual toda a comunidade possuiria interesses comuns. Em suma, configura-se nos textos dos livros didáticos analisados a pressuposição de que existe um bem comum.

Vamos aos exemplos. No pequeno trecho, extraído da obra de Lobo (1959), é possível encontrar a palavra *país* duas vezes e a palavra *Brasil* uma vez. Com *país* o autor sugere a idéia de coesão, de consenso, sendo que, ao utilizar *Brasil*, ele está apontando não só para a comunhão interna, mas também para a singularidade deste povo perante outros povos: “aplicadas às tradições e às condições peculiares do Brasil” (Lobo, 1959, p. 358). De forma recorrente, no texto de Tapajós, é possível ler também a palavra *país*: “a guerra civil ameaçava o país” (TAPAJÓS, 1963: 439), ou seja, ameaçava a coesão e os interesses comuns.

Na verdade, a idéia de nação, a busca pela afirmação da identidade nas obras didáticas, é traço presente de forma bastante ampla na história do ensino de história no Brasil. Segundo Elza Nadai, a historiografia da educação brasileira evoluiu, ainda no século XIX, para o alinhamento total com as duas vertentes assinaladas na Europa: “a história é a nação, a história é a civilização”. Tanto assim que:

se atentarmos para as questões postas pelos programas, currículos, pelas produções didáticas e demais recursos e materiais de ensino [...], elas giraram, principalmente, sobre quem deveriam ser os agentes sociais privilegiados formadores da nação. Em outras palavras, procurou-se garantir, de maneira hegemônica, a criação de uma identidade comum, na qual os grupos étnicos formadores da nacionalidade brasileira apresentavam-se, de maneira harmônica e não conflituosa como contribuidores, com igual intensidade e nas mesmas proporções naquela ação. (NADAI, 2000: 24).

É por razões semelhantes às apontadas por Nadai que alguns acontecimentos se tornam “fatos históricos” decisivos e são obrigatórios para o desenrolar da narrativa histórica dos livros didáticos. O golpe desfechado por Getúlio Vargas em 1937, por exemplo, é ponto indispensável e presente em todos os livros didáticos que abordam o período. As idéias que neles predominam são a de nação e de interesses comuns, sob a perspectiva de que terão sido colocados em risco pelas “agitações”, pelos “extremismos”, pelas “quarteladas sangrentas”. Daí, Vargas, que age firme, em meio às contradições extremadas, ameaçadoras da nação e cujo ápice se deu em 1937: “atingiu à culminância durante a campanha para a sucessão presidencial, em 1937” (TAPAJÓS, 1963: 439). Desfecha-se o golpe em benefício do retorno à harmonia. Tratava-se de um golpe que “não encontrou qualquer reação concreta no território nacional” (LOBO, 1959:360), porque – é-se levado a presumir – representava o interesse da comunidade nacional. Tudo indica que, por recusarem veementemente a luta aberta entre os brasileiros, o divisionismo, certos autores não realçam as lutas travadas pelos integralistas ou mesmo pelos comunistas.

Quando Lobo (1959) diz que Getúlio Vargas não encontrou “qualquer reação”, ele está dizendo, também, que Vargas entendeu os anseios da nação, tendo sido a ele conferido um poder quase sobrenatural. E se Barbosa Lessa (1967) chegou a dizer que o então presidente constitucional da república foi capaz de manipular tanto os comunistas quanto os integralistas e definir os rumos políticos do país, ele, na realidade, deixou de falar das experiências sociais concretas tais como as dos movimentos comunista e integralista, que desaparecem do texto para dar lugar aos mitos e heróis.

No mundo do pós-guerra não há lugar para herói fascista. Aqui uma outra questão de suma relevância se apresenta: a equivalência entre integralismo e fascismo presente em alguns dos textos didáticos anteriormente citados. Em Lobo (1959:358) pode-se ler: “(...) na Itália e na Alemanha tinham triunfado, respectivamente, os regimes *fascista* e *nazista*, que também contavam em nosso país com certo número de simpatizantes. Formou-se o *Partido Integralista*, favorável à adoção de normas totalitárias de governo (...)”. Já em Barbosa Lessa (1967:177), vê-se que “(...) o escritor Plínio Salgado, à frente do Partido Integralista, de índole fascista (...)”. Esta forma recorrente de se fazer alusão ao movimento integralista a partir da sua identificação ao fascismo é responsável primordial pelo veto dado ao movimento. Além disso, tal equivalência (integralismo igual a fascismo) é capaz de produzir um estratégico deslocamento. Vargas, o herói, aquele que efetivamente foi ditador, é colocado como sujeito acima dos extremismos: “Getúlio manteve-se em moderado meio-termo trabalhista, e permitiu que dois líderes radicais ganhassem expressão (...)” (LESSA, 1967:177). Assim aparece Vargas na memória histórica, isento de qualquer associação ao fascismo (traço inscrito na caracterização dos integralistas), sendo-lhe dado nos livros didáticos aquilo que a sua memória produziu.

Considerando que fora dos bancos escolares e além dos livros didáticos, são pouquíssimas as pessoas que podem aprender história, é de se supor que uma parte substancial da “imagem que temos dos outros povos, ou de nós próprios, está associada à história que nos contaram quando éramos crianças” (FERRO, 1994:11). Uma história repleta de heróis, e na qual o integralismo não se insere como movimento expressivo do nosso passado. O herói, ou ao menos o agente histórico principal, controla o movimento integralista, deixando-o crescer quando era preciso controlar os comunistas, articulando-se com ele para dar o golpe de 1937, e, logo em seguida, colocando-o na ilegalidade. Nem todos esses episódios foram percorridos pelos autores de livros didáticos. Cada qual enfatiza um ou outro, mas, na tecedura de todos eles, é sempre Vargas quem domina.

Assim, a história ensinada às crianças é a história em que Vargas domina a temporalidade. Outros agentes e outras possibilidades estão excluídos do passado. A narrativa estabelece tanto os componentes da memória quanto os do esquecimento. Mas o esquecimento e a exclusão estão nuançadas, pois que para a perpetuação da memória varguista, a esta não se deve imputar a pecha de fascista. Daí a necessidade do integralismo como coadjuvante naquela memória: eles, os camisas-verdes, são os fascistas. A respeito da perpetuação da memória varguista, assim argumentou Sandes (2002:63): “A eternidade do presidente decorre da identificação entre o seu governo e o próprio ideário nacionalista, o que

implica a dissolução do sentido fascista de seu governo”. O estigma de fascista, associado ao movimento integralista, corroborou esse deslocamento estratégico, deixando o caminho ainda mais aberto para a memória varguista. Assim sendo, ao se considerar a memória histórica conforme o formulado por Vesentini (1986), ou seja, como a presença constante da memória do vencedor em nossos textos e considerações, pode-se, então, concluir que os textos dos livros didáticos de história são grandes responsáveis pela permanência dessa mesma memória e também, paralelamente, pelo esquecimento do integralismo.

Bibliografia

DA MATTA, A. *História do Brasil*. São Paulo: Cia. Nacional, 1946.

FERRO, M. *Comment on raconte l'histoire aux enfants*. Payot, 1994.

HERMIDA, A. J. B. *História do Brasil*. 69 ed. São Paulo: Brasil, 1958.

LESSA, B. *Nova história do Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1967.

LOBO, R. H. *História contemporânea e história do Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1959.

MICELI, P. Por outras histórias do Brasil. In: PINSKY, J. (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2000.

NADAI, E. *O ensino de história e a “pedagogia do cidadão”*. In: *O ensino de história e a criação do fato*. Jaime Pinsky (org.). São Paulo: Contexto, 2000.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANDES, N.. *Nação, Políticas de Saúde e Identidade (1920 –1960)*. Goiânia: UFG, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983.

TAPAJÓS, V. *História do Brasil*. 11ª edição. São Paulo: Companhia editora nacional, 1963.

VESENTINI, C. A. *A instauração da temporalidade e a (re)fundação na história: 1937 e 1930*. In: *Revista Tempo Brasileiro*, out-dez, n. 21. Ed. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1986.

----- *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997.

VICTOR, R. L. *História, narrativa e memória*. In: *Temporis (Ação)*, n. 7. Cidade de Goiás, GO: Unidade Universitária Cora Coralina, 2003.